

Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA

Typo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

“O livro acompanha a humanidade há tempos. Sua história é complexa e envolve inúmeras mudanças; do livro em rolo ao formato atual, lá se vão 4,5 séculos. Ao longo dessa trajetória, porém, uma característica perdeu: o livro sempre foi um repositório de conhecimento que circulava na época – e foi dessa forma que entrou na sala de aula”.

Ao dizer que o livro sempre foi um repositório de conhecimento que circulava na época, a leitura do texto nos permite concluir que:

- (A) há sempre uma necessidade de renovação do livro em razão da contínua evolução dos conhecimentos;
- (B) permanece a procura por um livro didático ideal, já que todos são, por definição, deficientes;
- (C) continua a valorização do livro didático antigo e já experimentado por se ter mostrado útil através dos tempos;
- (D) se trata de um material didático que se caracteriza por seu conservadorismo, por veicular conhecimentos estabelecidos;
- (E) traz a marca histórica de ter veiculado conhecimentos através dos tempos e, por isso, deve preservar seus conteúdos.

2

A introdução do n° 13 da revista *Educatrix* diz o seguinte:

Antes de iniciar a leitura, pare e pense com quantas pessoas você compartilhou informações hoje. Agora mesmo, neste exato momento, nós estamos trocando bagagens culturais: a história da vida de quem escreve daqui e a de quem lê daí. Há, de fato, uma premissa básica para a sobrevivência humana: o viver em comunidade e a vivência compartilhada.

Sobre a estruturação desse texto, é correto afirmar que:

- (A) as formas verbais *pare e pense* indicam uma ordem para que o leitor possa realizar corretamente a leitura do texto;
- (B) no segmento *Agora mesmo, neste exato momento* há uma construção enfática, já que há redundância nos termos;
- (C) as formas *daqui e daí* mostram uma oposição entre autor e leitores em relação às mensagens;
- (D) a expressão *de fato* indica uma confirmação de algo negado anteriormente;
- (E) nos segmentos *viver em comunidade* e *vivência compartilhada* há uma obrigatória interdependência.

3

No mesmo número da revista *Educatrix*, aparece o seguinte texto sobre criatividade:

A criatividade é uma questão constantemente colocada em pauta na educação contemporânea. Tendências, como a cultura maker, têm entre suas razões de ser a busca de um sonho pedagógico que se perde na preparação para o vestibular e no progressivo aumento da competitividade: a formação de seres humanos capazes de inovar e criar soluções.

A afirmação inadequada sobre esse fragmento textual é:

- (A) o primeiro período do texto é uma afirmação de caráter geral que introduz a apresentação do tema;
- (B) a definição de criatividade é dada pela capacidade de inovar e criar soluções;
- (C) o sonho pedagógico perseguido está expresso ao final do texto: a formação de seres humanos capazes de inovar e criar soluções;
- (D) a preparação para o vestibular é uma oportunidade única para o desenvolvimento da criatividade individual;
- (E) o aumento da competitividade leva à perda da formação de seres humanos criativos.

Texto 1

O trecho a seguir é a primeira pergunta de uma entrevista em que o entrevistador (E) questiona a física Cássia Fernandez (CF) sobre criatividade:

(E) – *Muito se fala sobre criatividade. Mas qual a definição mais aceita sobre o que é ser uma pessoa criativa?*

(CF) – *Existem definições gerais de criatividade, utilizadas pelo senso comum, mas não existe um consenso no mundo acadêmico. À medida que as pesquisas se aprofundam, vemos que o tema é mais e mais complexo. Contudo, não se pode abrir mão de buscar tornar essa definição mais precisa para que as estratégias educacionais sejam mais efetivas.*

4

A afirmação inadequada sobre o texto 1 é:

- (A) por conveniência, a ação de falar sobre a criatividade não é atribuída a pessoa alguma;
- (B) pela pergunta do entrevistador, deduz-se que há uma série de definições sobre criatividade;
- (C) o senso comum, segundo CF, é um bom indicador de qualidade acadêmica de uma definição;
- (D) as estratégias educacionais receberiam grande ajuda a partir de uma boa definição do que seja criatividade;
- (E) à medida que as pesquisas se aprofundam, verifica-se a grande complexidade do tema.

5

No texto 1 há um conjunto de segmentos que podem se apresentar sob a forma nominal em lugar da forma verbal; a opção em que essa substituição NÃO mantém o sentido original é:

- (A) o que é ser uma pessoa criativa = a existência de uma pessoa criativa;
- (B) à medida que as pesquisas se aprofundam = com o aprofundamento das pesquisas;
- (C) que o tema é mais e mais complexo = a maior complexidade do tema;
- (D) de buscar tornar essa definição mais precisa = da busca de mais precisão nessa definição;
- (E) que as estratégias educacionais sejam mais efetivas = mais efetividade das estratégias educacionais.

6

Numa entrevista, às vezes o entrevistador contamina a futura resposta do entrevistado com o seu posicionamento; a pergunta abaixo, de uma suposta entrevista, que mostra essa característica é:

- (A) O que o senhor acha da definição de criatividade de Machado de Assis?
- (B) Que estratégias educacionais o senhor recomenda diante da total falta de criatividade nas escolas?
- (C) Quais as marcas definidoras de criatividade?
- (D) Como a tecnologia pode ajudar na implantação de um projeto educativo valorizador da criatividade?
- (E) É possível desenvolver uma educação pela criatividade com professores já formados?

7

Uma segunda pergunta da mesma entrevista com a Cássia Fernandez (texto 1) é a seguinte:

- (E) – *A busca de uma educação mais criativa se deve ao desenvolvimento da Pedagogia ou a uma pressão crescente do mundo do trabalho?*
- (CF) – *Hoje, a busca pela criatividade vem como demanda do mercado. Sou contra essa visão utilitária, mas é assim que funciona. Em um mundo onde a automação avança, onde há um fluxo gigantesco de dados, precisamos cada vez mais da criatividade. O mercado busca esse perfil profissional e a educação vem se pautando por isso. Ocorre que o modelo educativo tradicional não deixa espaço nenhum para a criatividade, pois tudo se baseia na repetição, como um modelo fordista.*

Diante da pergunta formulada pelo entrevistado (E), a resposta de (CF):

- (A) não opta por nenhuma das sugestões dadas;
- (B) escolhe uma terceira opção como resposta;
- (C) foge do questionamento, desviando o assunto;
- (D) opta por uma resposta que une as duas opções;
- (E) indica claramente a segunda das opções como verdadeira.

8

Sou contra essa visão utilitária, mas é assim que funciona.

Essa frase pode ser reescrita de vários modos; a única forma que altera o seu sentido original é:

- (A) Mesmo sendo contra essa visão utilitária, é assim que funciona;
- (B) Apesar de ser contra essa visão utilitária, é assim que funciona;
- (C) É assim que funciona a despeito de eu ser contra essa visão utilitária;
- (D) Ainda que eu seja contra essa visão utilitária, é assim que funciona;
- (E) É assim que funciona a menos que eu seja contra essa visão utilitária.

9

A psicóloga Fernanda Furia escreveu uma reportagem sobre Inteligência Digital, que dizia o seguinte:

Nas últimas décadas a nossa vida vem se tornando digital. Estamos a todo momento não somente usando diversas tecnologias como também sendo, sem perceber, profundamente influenciados por elas. Vivemos rodeados de tecnologias digitais acessíveis, intuitivas, disruptivas e extremamente atraentes, o que nos coloca em uma posição ao mesmo tempo de poder e de vulnerabilidade.

Sobre o vocabulário empregado nesse texto, a única indicação de significado equivocada é:

- (A) década = espaço de dez anos;
- (B) diversas tecnologias = tecnologias diferentes;
- (C) acessíveis = disponíveis;
- (D) disruptivas = que mostram quebra, interrupção;
- (E) vulnerabilidade = fraqueza.

10

Ler não é natural. Mesmo falar e conversar não são atos naturais, são culturais. Portanto, ninguém nasce sabendo falar, conversar, ler ou escrever. Nem aprende sozinho. São habilidades e conhecimentos que precisam ser transmitidos e ensinados. A linguagem articulada não é um fenômeno da natureza, é da cultura. Vem do grupo social, ou seja, se ninguém ensinar, não se aprende.

A frase abaixo que NÃO mostra ligação temática com esse segmento textual da escritora Ana Maria Machado é:

- (A) transmitir experiências para a geração seguinte é uma necessidade inevitável para a sobrevivência humana;
- (B) é claro que as famílias ensinaram e ainda ensinam muita coisa, mas outras demandas surgiram e houve necessidade de instâncias institucionais nesse processo;
- (C) o ambiente da sala de aula influencia no processo de ensino-aprendizagem e na metodologia empregada nas aulas;
- (D) a educação selecionou e sintetizou, entre tantos saberes acumulados, aquilo que devia ser indispensável aos que chegam a este mundo;
- (E) a humanidade criou alguns ofícios para garantir que a herança cultural pudesse se propagar por meio da transmissão escrita.

11

Todo cidadão, numa sociedade democrática, tem o direito às mesmas oportunidades. Não podemos admitir que alguém que passou por uma escola sintá-se barrado no baile. (Ana Maria Machado)

Nesse fragmento textual, critica-se sobretudo:

- (A) a desigualdade social;
- (B) a crise da democracia;
- (C) a falta de inserção social;
- (D) o analfabetismo;
- (E) a pedagogia escolar.

Texto 2

O professor tenta exaustivamente explicar o conteúdo seguidas vezes, muda o ponto de vista, muda o esquema exposto na lousa, exemplifica de duas, três, quatro formas diferentes. A cada pausa, chama atenção de diferentes grupos de alunos, que insistem em não prestar atenção. (...) Já transpirando e quase rouco de tanto aumentar o tom de voz, o professor chama a atenção de um aluno que ri alto.

— Fica de boa, profe. Depois eu vejo isso aí no YouTube.

12

Entre as estratégias didáticas empregadas pelo professor (texto 2), só está ausente:

- (A) a repetição de conteúdos;
- (B) o foco variado;
- (C) a técnica da explicação;
- (D) a exemplificação prática;
- (E) a pausa reflexiva.

13

— Fica de boa, profe. Depois eu vejo isso aí no YouTube.

A característica que NÃO está presente nessa frase dita pelo aluno do texto 2 é:

- (A) emprego de gíria;
- (B) transcrição oral de uma abreviatura;
- (C) o emprego de *isso* com valor pejorativo;
- (D) falha na estruturação gramatical;
- (E) o uso de *aí* para marcar distância.

14

Ler nas entrelinhas. Esta frase dá conta de uma das muitas sutilezas da escrita, indicando que num texto até o que não está escrito deve ser lido, pois o sentido vai muito além das palavras, situando-se no contexto, para que não se perca “o espírito da coisa”. (Deonísio da Silva)

Um segmento incoerente retirado desse texto é:

- (A) Esta frase dá conta de uma das muitas sutilezas da escrita;
- (B) num texto até o que não está escrito deve ser lido;
- (C) pois o sentido vai muito além das palavras;
- (D) o sentido (...) situando-se no contexto;
- (E) para que não se perca “o espírito da coisa”.

15

A única frase abaixo que se mostra coerente é:

- (A) Os imbecis deixam as suas impressões digitais no que dizem.
- (B) Jamais diga uma mentira que não possa provar.
- (C) A razão é um sol severo: ilumina, mas cega.
- (D) Ninguém pode me calar, a menos que amarrem minhas mãos nas costas.
- (E) É como dizia o comentarista: que empate o melhor!

16

O norte-americano Alvin Toffler escreveu certa vez:

O analfabeto do século XXI não será aquele que não conseguiu ler ou escrever, mas aquele que não puder aprender, desaprender e, por fim, aprender de novo.

Sobre a estruturação e significação desse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) a estrutura do texto corresponde à de uma definição;
- (B) o emprego da forma futura *será* nos indica que a frase foi escrita há mais de dois séculos;
- (C) o uso de *não*, na primeira ocorrência desse advérbio, mostra oposição ao tradicional conceito de *analfabeto*;
- (D) o uso de *não*, na terceira ocorrência desse advérbio, limita sua referência a *puder aprender*;
- (E) o texto destaca a paciência como a maior qualidade do estudioso contemporâneo.

Texto 3

Os velhos estão sempre aconselhando os jovens a guardar dinheiro. Digo que este é um mau conselho. Não guardem um centavo; invistam em si mesmo apenas. Eu nunca economizei um dólar sequer antes dos 40 anos de idade. (Henry Ford)

17

A frase de Henry Ford (texto 3) foi traduzida com um erro gramatical, que é:

- (A) emprego de *mau* em lugar de *mal*;
- (B) *em si mesmo* em lugar de *em si mesmos*;
- (C) *sequer* em lugar de *se quer*;
- (D) a má colocação de *apenas* na frase;
- (E) a redundância desnecessária em *de idade*.

18

Velhos e *jovens* no texto 3 são originalmente adjetivos que se encontram substantivados; o mesmo ocorre na seguinte frase:

- (A) Os homens realmente educados são os autodidatas;
- (B) O que a escultura faz ao mármore, a instrução faz à alma humana;
- (C) Você é único. Se isso não é suficiente, algo se perdeu;
- (D) É difícil uma pessoa sentir-se confortável sem ter a própria aprovação;
- (E) O homem sem educação é a caricatura de si mesmo.

19

A leitura de todos os bons livros é como uma conversa com todos os homens de melhor qualidade dos séculos passados. (Descartes)

Os termos que desempenham igual função nessa frase são:

- (A) de todos os bons livros / de melhor qualidade;
- (B) de todos os bons livros / dos séculos passados;
- (C) com todos os homens / dos séculos passados;
- (D) com todos os homens / de melhor qualidade;
- (E) de todos os bons livros / com todos os homens.

20

A frase abaixo em que ocorre uma falha gramatical é:

- (A) Cada um deve dedicar-se à sua própria educação até o último dia;
- (B) Não se trata de ler muito de tudo. É necessário digerir-se o que se lê;
- (C) Não pretendas ser demasiado justo nem saber mais do que lhe convém;
- (D) Nascemos príncipes e a educação faz de nós sapos;
- (E) O amor-próprio ofendido não perdoa jamais.

21

No terreno da educação, são muito comuns as figuras de linguagem que envolvem alimentação; a frase abaixo em que isso NÃO ocorre é:

- (A) O cozinheiro se faz, porém o bom cozinheiro nasce;
- (B) No que conseguir ler, não procure tanto o saber, mas o sabor;
- (C) Não se trata de ler muito de tudo. É necessário digerir-se o que se lê;
- (D) Não procure o que é muito difícil para ti, não investigues o que não coube no teu prato;
- (E) Ler um livro medíocre é uma tarefa sem sal.

22

O astrônomo que descobriu o cometa de Halley se chamava Halley. O médico que descobriu a doença de Chagas se chamava Chagas. O cientista que descobriu o complexo de Golgi se chamava Golgi. Puxa vida, são essas coincidências que me fazem acreditar em Deus. (Eugênio Mohallem)

Esse pensamento apresenta um problema de raciocínio que é o de:

- (A) trocar o geral pelo particular;
- (B) inverter a ordem dos fatos;
- (C) confundir causa e consequência;
- (D) misturar condição e ação;
- (E) tirar conclusão de premissas falsas.

Texto 4

Assim que toca o sinal indicando o fim das aulas, um grupo de alunos sai correndo das salas. Eles não estão com pressa de ir embora, como seria de se esperar após nove horas e meia de atividade escolar, mas para ir ao pátio, onde vão ensaiar para a fanfarrinha ou treinar handebol.

Em um colégio onde 30% dos alunos repetiam ou abandonavam os estudos, houve um recesso inicial em aumentar o tempo de classe, com o período integral. A solução surpreendeu, fez aumentar o interesse dos jovens pelos estudos e melhorou os indicadores educacionais da unidade.

23

O primeiro parágrafo do texto 4 mistura dois tipos de textos, que são:

- (A) narrativo / dissertativo-expositivo;
- (B) narrativo / descritivo;
- (C) descritivo / dissertativo-argumentativo;
- (D) descritivo / dissertativo-expositivo;
- (E) dissertativo-expositivo / dissertativo-argumentativo.

24

No texto 4, o segundo período do primeiro parágrafo, em relação ao período anterior, mostra:

- (A) uma exemplificação;
- (B) uma justificativa;
- (C) uma explicitação;
- (D) uma quebra de expectativa;
- (E) uma incoerência flagrante.

25

O segundo parágrafo do texto 4 desempenha um conjunto de papéis; o que é inadequado ao texto é:

- (A) mostra a mudança realizada no colégio citado;
- (B) justifica a atitude dos alunos, citada no primeiro parágrafo;
- (C) indica uma estratégia de renovação no magistério;
- (D) mostra uma etapa anterior aos fatos do primeiro parágrafo;
- (E) compara dois momentos da vida escolar.

Texto 5

“No Paquistão, quando sou proibida de ir à escola, compreendo o quão importante é a educação. A educação é o poder das mulheres. (...) Nós percebemos a importância de nossa voz quando somos silenciados”. É assim que a pequena notável enxerga o horizonte e – por meio das novas tecnologias – pôde fazer ecoar sua voz.

Educação é um ato político, e se é na sociedade (seja física ou digital) o nascedouro de faíscas de perspectivas para um mundo mais igualitário, a escola deve ser o seu maior berçário.

Empoderamento educacional, Ivan Aguirra

26

Quando escrevemos, usamos linguagem lógica e linguagem figurada; o vocábulo ou segmento abaixo (texto 5) que representa a linguagem lógica é:

- (A) nascedouro;
- (B) faíscas;
- (C) berçário;
- (D) tecnologias;
- (E) horizonte.

27

O sinal gráfico do texto 5 que mostra seu sentido de forma correta é:

- (A) as aspas indicam que o trecho selecionado é de grande importância para o texto;
- (B) os parênteses com pontos em seu interior indicam que algo foi censurado no texto original;
- (C) os parênteses com palavras em seu interior indicam a presença de uma informação esquecida anteriormente;
- (D) as letras maiúsculas no início de *Paquistão* e *Educação* foram empregadas pelo mesmo motivo;
- (E) os pequenos travessões que destacam *por meio das novas tecnologias* inserem uma nova informação no texto.

28

No texto 5 são utilizados alguns meios linguísticos com função específica; o item abaixo em que os exemplos citados NÃO correspondem ao elemento destacado é:

- (A) voz passiva: *sou proibida / somos silenciados*;
- (B) conexão entre orações: *quando sou proibida / quando somos silenciados*;
- (C) intensificação de grau: *quão importante / mais igualitário*;
- (D) palavras de coesão com os antecedentes: *assim / berçário*;
- (E) adjetivação: *político / igualitário*.

29

O título dado ao texto de onde foi retirado o segmento (texto 5) inclui a palavra *empoderamento*; no caso do texto, esse termo significa:

- (A) a importância da educação em geral;
- (B) o poder político do ato de educar;
- (C) o valor advindo da educação para mulheres no Paquistão;
- (D) a importância do direito à fala numa sociedade machista;
- (E) a força trazida pelas novas tecnologias na educação.

30

Em todas as palavras abaixo há elementos formais sublinhados que são de enorme uso em nossa língua; o valor semântico desses elementos está corretamente exemplificado em:

- (A) lugar: vindouro e duradouro;
- (B) doença: tuberculose e celulose;
- (C) golpe: cacetada e molecada;
- (D) possibilidade: manipulável e nomeável;
- (E) atividade: jornalismo e raquitismo.

Raciocínio Lógico Matemático

31

Ernesto foi promovido e seu salário aumentou 40%, passando a ser de R\$3.500,00.

O salário de Ernesto antes da promoção era de:

- (A) R\$1.900,00;
- (B) R\$2.100,00;
- (C) R\$2.400,00;
- (D) R\$2.500,00;
- (E) R\$2.800,00.

32

Uma empresa criou um arquivo com uma sequência de pastas identificadas com uma letra do alfabeto e um número escrito com dois dígitos, como se vê a seguir.

A00, A01, A02, A03, ..., A99, B00, B01, B02, ..., Z99

A quantidade de pastas depois de D37 e antes de F23 é:

- (A) 85;
- (B) 86;
- (C) 184;
- (D) 185;
- (E) 186.

33

Entre as pessoas A, B, C, D, E, duas delas serão escolhidas por sorteio para integrarem o conselho diretor de uma empresa. O diretor da empresa conhece essas cinco pessoas e disse:

“Gostaria que A ou B fossem sorteados, mas não gostaria que D fosse sorteado”.

A probabilidade de que o desejo do diretor da empresa se realize é de:

- (A) 30%;
- (B) 40%;
- (C) 50%;
- (D) 60%;
- (E) 70%.

34

Moacir possui 15.000 reais guardados e pretende utilizá-los para pagar uma parte das prestações de um terreno que comprou financiado. Cada prestação é de 700 reais. No mês de outubro de 2019, pagou a primeira prestação e fará o mesmo em cada um dos meses seguintes.

Utilizando o dinheiro guardado, a última prestação que poderá pagar será, em 2021, no mês de:

- (A) maio;
- (B) junho;
- (C) julho;
- (D) agosto;
- (E) setembro.

35

Certa calculadora possui a tecla T. A tecla T, quando apertada, subtrai uma unidade do número que está no visor e multiplica o número resultante por 2. Por exemplo, se o número 10 está no visor e a tecla T é apertada, o resultado da operação é $(10 - 1) \times 2 = 18$.

Valdo tinha um número natural no visor dessa calculadora, apertou 3 vezes, em sequência, a tecla T e o resultado foi 450.

A soma dos algarismos do número que Valdo tinha inicialmente no visor é:

- (A) 9;
- (B) 10;
- (C) 11;
- (D) 12;
- (E) 13.

36

Valdo é estagiário em um escritório de advocacia e, na semana que vem, deverá escolher para trabalhar três dias de segunda a sábado. O escritório não permite que um estagiário trabalhe dois dias consecutivos.

O número de possibilidades que Valdo tem para escolher seus dias de trabalho é:

- (A) 2;
- (B) 3;
- (C) 4;
- (D) 5;
- (E) 6.

37

O jantar de comemoração de um casamento será realizado em um salão que possui mesas redondas iguais e que comportam até 6 pessoas cada uma. Colocando 5 convidados em cada mesa, todas as mesas seriam ocupadas e dois convidados ficariam sem lugar. Colocando 6 convidados em cada mesa, todos os convidados ficariam sentados e 3 mesas ficariam vazias.

O número de convidados é:

- (A) 96;
- (B) 102;
- (C) 108;
- (D) 112;
- (E) 114.

38

Chico, Serafim, Juvenal e Dirceu trabalham juntos e, em certo momento, Dirceu pergunta:

Que dia do mês é hoje?

As respostas dos outros três foram:

Chico: hoje não é dia 15.

Serafim: ontem foi dia 13.

Juvenal: hoje é dia 15.

Sabe-se que um deles mentiu e os outros disseram a verdade.

O dia em que Dirceu fez a pergunta foi dia:

- (A) 13;
- (B) 14;
- (C) 15;
- (D) 16;
- (E) 17.

39

Um saco contém bolas brancas, vermelhas, azuis e pretas, sendo 5 de cada cor. Antônio retirou no escuro certa quantidade de bolas e disse: "Entre as bolas que retirei, há três da mesma cor".

Para que a frase dita por Antônio seja obrigatoriamente verdadeira, o número mínimo de bolas que ele retirou do saco é:

- (A) 9;
- (B) 10;
- (C) 11;
- (D) 12;
- (E) 13.

40

Considere a sentença: "João não tomou café e saiu de casa".

A negação dessa sentença é:

- (A) João tomou café e saiu de casa;
- (B) João não tomou café e não saiu de casa;
- (C) João tomou café e não saiu de casa;
- (D) João não tomou café ou saiu de casa;
- (E) João tomou café ou não saiu de casa.

Organização do Ministério Público**41**

O comerciante João compareceu à Promotoria de Investigações Penais e narrou ao Promotor de Justiça estar sendo vítima de concussão realizada por determinado Policial Militar. O cidadão afirmou que o policial é suspeito de integrar a milícia que atua na localidade e lhe estaria exigindo quinhentos reais por semana para oferecer segurança privada e permitir que João continuasse com sua mercearia em funcionamento.

De acordo com a Resolução CNMP nº 181/2017, o Promotor de Justiça:

- (A) deverá necessariamente requisitar ao Delegado de Polícia Civil da área dos fatos instauração de inquérito policial para apuração do suposto crime, eis que tal autoridade policial detém a exclusividade de proceder a investigações penais;
- (B) deverá necessariamente requisitar ao Comandante da Polícia Militar da área dos fatos instauração de inquérito policial militar para apuração do suposto crime, eis que cometido por policial militar no exercício ou em razão da função;
- (C) deverá necessariamente requisitar ao Delegado de Polícia Civil da área dos fatos instauração de inquérito policial para apuração do suposto crime e, caso haja negligência nas investigações, poderá avocar o inquérito policial;
- (D) poderá instaurar diretamente procedimento investigatório criminal, de natureza administrativa, presidido pelo membro do Ministério Público, que é condição de procedibilidade para o ajuizamento de ação penal nesse tipo de crime;
- (E) poderá instaurar internamente procedimento investigatório criminal, que consiste em instrumento sumário e desburocratizado de natureza administrativa e investigatória, presidido pelo membro do Ministério Público.

42

Promotoria de Tutela Coletiva recebeu notícia de fato, via ouvidoria do MPRJ, relatando que o vizinho do noticiante, em discussão por vaga de garagem em prédio residencial de alto luxo, lhe ofendeu a integridade moral. Considerando que o fato noticiado evidentemente não configura lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público, a notícia foi imediatamente indeferida.

À luz do que determinam as Resoluções GPGJ nº 2.227/2018 e CNMP nº 23/2007, o Promotor de Justiça deverá determinar que a secretaria do órgão de execução:

- (A) promova o arquivamento do expediente no âmbito interno da Promotoria, eis que não há previsão normativa de recurso em âmbito interno, devendo o interessado manifestar seu eventual inconformismo perante o Poder Judiciário;
- (B) remeta o procedimento, no prazo de 3 (três) dias, independentemente de recurso do interessado, para reexame obrigatório pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- (C) cientifique o noticiante da decisão de indeferimento, preferencialmente por correio eletrônico, cabendo recurso no prazo de 10 (dez) dias, que tem como órgão revisor o Conselho Superior do Ministério Público;
- (D) notifique o noticiante da decisão de indeferimento, mediante ofício com aviso de recebimento, cabendo recurso no prazo de 3 (três) dias, que tem como revisor o Órgão Especial do Ministério Público;
- (E) intime o noticiante da decisão de indeferimento, mediante entrega pessoal do ofício a ser feita pelo Oficial do Ministério Público, cabendo recurso no prazo de 10 (dez) dias, que tem como revisor o Órgão Especial do Ministério Público.

43

A Lei Estadual nº 5.891/2011 dispõe sobre o quadro permanente dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e constitui relevante diploma normativo para garantia da autonomia administrativa da instituição e valorização funcional de seus servidores.

De acordo com a citada lei:

- (A) os servidores do MPRJ terão carteira funcional expedida pelo Governador do Estado, da qual deverá constar, além da denominação da respectiva carreira, a área de atividade, a especialização profissional e, quando for o caso, a designação funcional;
- (B) os servidores do MPRJ terão carteira funcional expedida pelo Procurador-Geral de Justiça, da qual deverá constar a denominação do cargo efetivo ocupado, sem especificação da área de atividade, da especialização profissional e da designação funcional;
- (C) o Técnico do Ministério Público da área de Notificação e Atos Intimatórios possui a designação funcional de Oficial do Ministério Público e as certidões que emitir, no regular exercício de suas funções, são dotadas de fé pública;
- (D) as carreiras de Auxiliar Especializado do Ministério Público e de Auxiliar do Ministério Público terão seus cargos efetivos que vagarem providos mediante concurso público, a ser realizado no prazo máximo de 5 (cinco) anos após a vacância;
- (E) os servidores do MPRJ terão exercício nos órgãos da própria instituição, ressalvada a autorização para ocupar cargo de provimento em comissão em outros órgãos da Administração Pública, a critério exclusivo do Corregedor-Geral do MPRJ.

44

João, recém nomeado para exercer o cargo efetivo de Técnico do MPRJ, vem participando de cursos, seminários e congressos na instituição, visando a seu aprimoramento profissional e cultural, à melhor execução dos seus serviços e à racionalização do uso de seus recursos materiais.

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Lei Complementar Estadual nº 106/2003), o órgão auxiliar da Procuradoria-Geral de Justiça destinado a promover tais atividades é:

- (A) o Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional, a quem também compete estimular a integração entre servidores lotados nos órgãos auxiliares e a administração superior do Ministério Público, representada pela Secretaria-Geral;
- (B) o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, a quem também compete indicar ao Conselho Superior, para designação, os membros do Ministério Público que atuarão como monitores dos Promotores de Justiça em estágio confirmatório, na avaliação do requisito eficiência;
- (C) a Comissão de Concurso, órgão de natureza transitória, que é presidido pelo Procurador-Geral de Justiça e integrado por três Procuradores de Justiça, e a quem incumbe realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira de membro ou servidor do Ministério Público;
- (D) o Centro de Apoio Operacional, a quem também compete estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução e órgãos auxiliares que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns, visando ao aprimoramento sistêmico da instituição;
- (E) a Corregedoria-Geral do Ministério Público, que é o órgão orientador, correicional e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros e dos servidores do quadro permanente de serviços auxiliares do Ministério Público.

45

Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente, diante da relevância da matéria, resolveu instaurar procedimento para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, a política pública municipal relativa à coleta seletiva de resíduos sólidos. O procedimento a ser instaurado não terá caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa ou ente em função de um ilícito específico.

De acordo com as disposições da Resolução CNMP nº 174/2017, no caso em tela, o Promotor deverá instaurar:

- (A) inquérito civil público, para total elucidação dos fatos apurados, que, ao final, será submetido ao Poder Judiciário em forma de ação civil pública ou de promoção de arquivamento;
- (B) procedimento preparatório de inquérito civil público, para coleta de elementos informativos necessários a subsidiar decisão ministerial quanto à conveniência e oportunidade de instauração de novo procedimento investigatório;
- (C) procedimento administrativo, que, uma vez findo, deverá ser arquivado no próprio órgão de execução, com comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público, sem necessidade de remessa dos autos para homologação do arquivamento;
- (D) expediente administrativo, onde deverão ser colhidas todas as provas permitidas pelo ordenamento jurídico, com a juntada das peças em ordem cronológica de apresentação, devidamente numeradas em ordem crescente;
- (E) notícia de fato, para obtenção de esclarecimentos complementares, visando à formação do seu convencimento sobre o cabimento, em tese, da proteção de interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público.

46

João, Técnico do Ministério Público lotado na Secretaria do GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), cometeu o crime de violação de sigilo funcional, na medida em que revelou fato de que tinha ciência em razão do cargo e que deveria permanecer em segredo. O servidor vazou informações sigilosas para familiares de investigados, contando detalhes sobre o deferimento e cumprimento de medida cautelar de busca e apreensão, fato que frustrou a diligência.

Assim agindo, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 220/1975) e a Lei Estadual nº 5.891/2011 (que dispõe sobre o quadro permanente dos serviços auxiliares do MPRJ), após regular processo administrativo disciplinar, João está sujeito à penalidade disciplinar da:

- (A) repreensão, cuja pretensão sancionatória prescreve no prazo de 2 (dois) anos e é competente para aplicá-la o Corregedor-Geral do MP;
- (B) suspensão, cuja pretensão sancionatória prescreve no prazo de 3 (três) anos e é competente para aplicá-la o Procurador-Geral de Justiça;
- (C) suspensão, cuja pretensão sancionatória prescreve no prazo de 2 (dois) anos e é competente para aplicá-la o Governador do Estado;
- (D) demissão, cuja pretensão sancionatória prescreve no prazo de 5 (cinco) anos e é competente para aplicá-la o Governador do Estado;
- (E) demissão, cuja pretensão sancionatória prescreve no mesmo prazo prescricional do crime praticado e é competente para aplicá-la o Procurador-Geral de Justiça.

47

Maria, servidora pública ocupante do cargo de Técnico do Ministério Público do Rio de Janeiro, está lotada na secretaria de uma Promotoria de Tutela Coletiva. Diariamente, o órgão de execução recebe solicitações dos interessados de cópias e impressões de documentos, processos e procedimentos relacionados às atividades finalísticas ministeriais.

Em se tratando de documento não sigiloso, a Resolução GPGJ nº 2.198/2018 que trata da matéria estabelece que:

- (A) devem ser deferidas as solicitações de cópias de documentos feitas de forma anônima, sem indicação do nome e demais dados cadastrais do solicitante, em razão dos princípios da publicidade e transparência;
- (B) são admitidas solicitações de cópias e impressões formuladas por escrito e presencialmente no órgão de execução, vedado o deferimento de cópias a pedidos feitos por correio eletrônico (e-mail);
- (C) deve ser efetuado *a posteriori* o pagamento pelo solicitante das importâncias devidas pelos serviços de cópias prestados, mediante depósito em favor do Fundo Especial do MPRJ, a ser feito no prazo de até 5 (cinco) dias após a obtenção;
- (D) é permitida a utilização de câmeras fotográficas, equipamentos portáteis de digitalização ou dispositivos similares, nas dependências do MPRJ, para a obtenção de cópias digitais de documentos, sem custo ao interessado;
- (E) são devidos os valores especificados na resolução para os serviços de cópias por todos os solicitantes, inclusive aqueles cuja situação econômica não permita arcar com os custos, nos termos da Lei nº 1.060/50, pelo princípio da isonomia.

48

Márcio é Técnico do Ministério Público do Rio de Janeiro e está lotado na Secretaria da Central de Inquéritos.

No cumprimento de suas funções administrativas, de acordo com o que estabelece a Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 11/2012 (que regulamenta a rotina e o funcionamento das secretarias das Promotorias de Justiça), Márcio deverá:

- (A) promover exclusivamente os registros de entrada, saída e movimentação de processos judiciais mediante lançamento no sistema Módulo de Gestão de Processos (MGP) e de procedimentos extrajudiciais em livros próprios;
- (B) lavrar os termos de encerramento e abertura de volumes de procedimentos extrajudiciais, que não poderão ultrapassar 100 (cem) folhas, as quais deverão ser numeradas cronologicamente e rubricadas;
- (C) receber e protocolizar na secretaria os processos e procedimentos de qualquer natureza, bem como abrir vista com a remessa dos autos ao Promotor de Justiça no prazo de até 30 (trinta) dias;
- (D) cumprir as determinações do Promotor de Justiça, incluindo as diligências determinadas no bojo de procedimentos extrajudiciais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, ressalvados os casos urgentes;
- (E) controlar permanentemente o vencimento dos prazos fixados para o cumprimento de diligências internas, sendo o controle das diligências externas feito direta e exclusivamente pelo Promotor de Justiça, que detém poder requisitório.

49

O Modelo de Governança do Planejamento Estratégico do MPRJ consiste no conjunto de mecanismos que asseguram a formulação e a consecução da estratégia, bem como o monitoramento das ações institucionais, com a finalidade de garantir a concretização dos objetivos pretendidos e a prestação de contas de sua atuação com transparência, eficiência e equidade.

De acordo com a Resolução GPGJ nº 2.126/2017, que dispõe sobre a matéria, tal modelo de governança:

- (A) engloba o Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser elaborado de forma sistêmica, vedado seu desdobramento em planos diretores setoriais ou regionais;
- (B) é norteado, dentre outras, pela premissa da participação popular na elaboração e na revisão do plano estratégico, com a realização periódica de audiências públicas de caráter consultivo;
- (C) vincula-se ao Plano Estratégico, que terá caráter consultivo e propositivo (não vinculativo) para os órgãos de execução e de administração, bem como para os seus respectivos membros e servidores, em razão da independência funcional;
- (D) é atualizado anualmente pelo processo de revisão do Plano Estratégico, que é instrumentalizado a partir de projeto da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração, o qual deverá conter a metodologia e o cronograma a ser seguido;
- (E) prevê a integração entre as áreas de planejamento e administração, de modo a direcionar os recursos orçamentários à consecução dos objetivos estratégicos, com a divulgação de informações exclusivamente ao público interno.

50

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, após regular processo licitatório, celebrou contrato administrativo com sociedade empresária para aquisição de determinados materiais de escritório. O Órgão Gestor Patrimonial do MPRJ, verificando que os bens entregues não correspondiam com exatidão ao que foi comprado e apresentavam problemas qualitativos, tentou junto ao fornecedor a regularização da entrega para efeito de aceitação.

De acordo com a Portaria SGMP nº 560/2018, que dispõe sobre a gestão de bens permanentes no MPRJ, a não correção ou reposição dos materiais entregues pelo contratado enseja a:

- (A) aplicação imediata das sanções administrativas de advertência, por escrito e de forma reservada, e de multa civil, no montante máximo do dobro do valor global do contrato;
- (B) rescisão imediata do contrato administrativo, com devolução de três vezes o valor já pago no bojo do contrato, a ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa;
- (C) instauração de procedimento próprio para apurar tal conduta, que poderá implicar a aplicação das sanções administrativas correspondentes, previstas na legislação e no instrumento contratual;
- (D) imposição da sanção administrativa de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública estadual, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- (E) declaração imediata de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, que deve perdurar pelo período de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, de acordo com a extensão do dano ao erário.

Noções de Informática

51

No Windows, a extensão de um arquivo indica a forma pela qual ele deve ser tratado pelo sistema. Observe a lista de extensões a seguir.

CSV DOCX EXE GIF HTML JPG PDF PNG TXT

Nessa lista, o número de extensões normalmente associadas a imagens é:

- (A) 2;
- (B) 3;
- (C) 4;
- (D) 5;
- (E) 6.

52

No contexto da formatação de um documento MS Word 2010 BR em colunas, é correto afirmar que:

- (A) o número máximo de colunas é 4 na orientação “retrato” e 6 na orientação “paisagem”;
- (B) todas as colunas devem ter a mesma largura;
- (C) todos os espaços entre as colunas devem ser iguais;
- (D) a hifenização automática não é possível quando há mais de uma coluna;
- (E) é possível exibir uma linha vertical entre as colunas automaticamente.

53

No contexto do MS Excel 2010 BR, a linguagem de programação empregada na construção de macros é conhecida como:

- (A) CSS;
- (B) Java;
- (C) Python;
- (D) Script;
- (E) VBA.

54

Considere uma planilha do MS Excel 2010 BR cujas células A1, A2 e A3 contêm, respectivamente, os valores 10, 30 e 40. Na célula C1, foi digitada a fórmula

$$=(A1+A2+A3)/4$$

e todas as demais células da planilha permaneceram intocadas.

Sabendo-se que a célula C1 foi copiada por meio da combinação Ctrl-C e colada, com Ctrl-V, na célula E1, o valor exibido nesta última é:

- (A) 0
- (B) 5
- (C) 20
- (D) 22,5
- (E) 80

55

O *Pincel de Formatação* disponível na guia *Página Inicial* do MS Word 2010 destina-se a:

- (A) copiar a formatação de um trecho e aplicá-la a outro;
- (B) preencher uma forma desenhada com uma determinada cor;
- (C) colorir o fundo de um parágrafo;
- (D) criar desenhos a partir do movimento do mouse;
- (E) colorir as células de uma tabela.

56

Um professor precisa carregar as notas dos seus setenta alunos numa planilha MS Excel 2010 BR, de modo que ele possa calcular a média dos alunos e imprimir uma lista alfabética com os resultados. Para cada aluno, o professor dispõe do nome e das notas numéricas de quatro avaliações.

Considere os extratos do conteúdo de três arquivos com extensão “txt” exibidos a seguir.

I.

```
Nome;Nota1;Nota2;Nota3;Nota4
Maria;9;10;8;9,8
João;10;7;8;9,5
```

II.

```
Maria|9;10;8;9,8|
João|10;7;8;9|
```

III.

```
Nome, Nota1, Nota2, Nota3, Nota4
Maria,9,10,8,9,8
João,10,7,8,9,5
```

Desses arquivos, seria(m) adequado(s) para carga de dados no Excel:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

57

O navegador Google Chrome é amplamente utilizado e, como seus similares, oferece a possibilidade de limpar dados de navegação que são acumulados ao longo do uso. Considere a lista a seguir.

- I. Arquivos *downloaded* pelo navegador;
- II. Cookies;
- III. Histórico de navegação;
- IV. Imagens e arquivos armazenados no cache do navegador;
- V. Páginas gravadas pelo comando “salvar como...”.

No caso do Chrome, especificamente, as opções oferecidas na limpeza de dados de navegação cobrem, dessa lista, apenas os casos:

- (A) I, II, IV, V;
- (B) I, III, V;
- (C) II, III, IV;
- (D) II, III, V;
- (E) III, IV, V.

58

No Windows, é possível identificar os aplicativos e os processos em segundo plano, correntemente ativos, por meio do:

- (A) Explorador de Arquivos;
- (B) Gerenciador de Tarefas;
- (C) Internet Explorer;
- (D) Microsoft Visio;
- (E) Windows Firewall.

59

Maria recebeu um arquivo PDF e, ao tentar abri-lo no Windows 10 com um duplo clique, notou que o arquivo foi exibido pelo Chrome, e não no Adobe Acrobat Reader (AAR), preferido de Maria.

Para que, futuramente, o AAR seja aberto automaticamente numa situação como a descrita, Maria deve:

- (A) fazer o redirecionamento no menu padrão do Chrome com a opção *Configurações*;
- (B) clicar no nome do arquivo e usar a opção “Abrir como...” no Explorador de Arquivos pelo menos uma vez;
- (C) ajustar a configuração da extensão PDF nas *Configurações do Windows* na opção *Aplicativos*;
- (D) reconfigurar o padrão de exibição de arquivos com o Windows Media Player;
- (E) configurar o sistema por meio do aplicativo *Gerenciamento do Computador* nas Ferramentas Administrativas do Windows.

60

A troca de dados entre sistemas computacionais é normalmente realizada por meio de arquivos que seguem padrões de formato e organização. Desse modo, diferentes agentes com diferentes equipamentos podem enviar e receber dados estruturados muito facilmente. Nesse contexto, analise um trecho do conteúdo de um dado arquivo a seguir.

```
<nota>
  <para>Rita</para>
  <de>Bernardo</de>
  <titulo>Lembrete</titulo>
  <texto>O pacote &lt;chegou&gt; ...</texto>
</nota>
```

Com base nesse trecho, é correto deduzir que a organização desse arquivo segue o padrão conhecido como:

- (A) CSS
- (B) CSV
- (C) ODF
- (D) PDF
- (E) XML

Noções de Direito Administrativo e Constitucional

61

João estacionou seu carro em plena via pública, em local onde era proibido parar e estacionar. Horas depois, quando retornou ao local, foi informado de que agentes públicos guincharam seu veículo, que foi levado ao depósito público, haja vista que estava impedindo a regular circulação de outros carros, inclusive de ambulâncias que por ali precisam passar para chegar a hospital próximo.

No caso em tela, o atributo do ato administrativo que autoriza os agentes públicos a praticarem o ato com aplicação de meio direto para sua concretização, na hipótese em que os meios indiretos de coerção não atenderiam ao interesse público, é a:

- (A) exigibilidade, sem necessidade de prévio processo administrativo ou de contraditório diferido pelo administrado;
- (B) coercibilidade, com necessidade de prévio processo administrativo sumário com contraditório e ampla defesa ao administrado;
- (C) autoexecutoriedade, sem necessidade de prévia intervenção do Poder Judiciário, mas se admitindo o contraditório diferido pelo administrado;
- (D) imperatividade, com necessidade de prévio processo administrativo ou judicial, para atendimento ao princípio do devido processo legal;
- (E) discricionariedade, sem necessidade de prévia intervenção do Poder Judiciário, mas com prévio processo administrativo sumário.

62

O Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, em conformidade com o que consta no art. 2º, XVII, da Lei Complementar Estadual nº 106/2003, editou a Resolução GPGJ nº 2.245/2018, instituindo e dispondo sobre o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro como instrumento oficial de disponibilização e publicação dos seus atos administrativos, processuais e de comunicação em geral.

A conduta do chefe do *parquet* estadual no caso concreto está calcada em seu poder:

- (A) regulamentar de editar lei em sentido formal para disciplinar matéria de interesse da instituição, assegurando o exercício da autonomia administrativa ministerial;
- (B) hierárquico, pois na qualidade de autoridade máxima administrativa da instituição tem a prerrogativa de inovar no ordenamento jurídico em matéria de interesse institucional;
- (C) disciplinar, haja vista que o desatendimento às normas concretas editadas por meio da resolução geram aplicação de penalidade disciplinar ao servidor pelo Procurador-Geral;
- (D) normativo de expedir norma geral e abstrata que facilita a execução da lei orgânica do MPRJ na matéria, minudenciando seus termos;
- (E) discricionário para editar normas concretas e específicas que extrapolem os limites da lei orgânica do MPRJ, no regular exercício da independência funcional da chefia institucional.

63

Imagine as situações hipotéticas abaixo em que o Procurador-Geral de Justiça pratica ato administrativo, delegando sua atribuição para o:

- I. Subprocurador-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais ajuizar representação por inconstitucionalidade em relação à lei X do Município Y;
- II. Diretor de Recursos Humanos decidir recursos administrativos.

Em matéria de delegação de competência, de acordo com a Lei nº 9.784/99 e com a doutrina de Direito Administrativo:

- (A) os atos I e II estão viciados, pois o Procurador-Geral não pode delegar qualquer tipo de competência;
- (B) os atos I e II estão viciados, pois o Procurador-Geral não pode delegar sua competência originária;
- (C) o ato I é válido e o II está viciado, pois não pode ser objeto de delegação decisão de recursos administrativos por expressa vedação legal;
- (D) o ato II é válido e o I está viciado, pois não pode ser objeto de delegação ato de ajuizamento de medida judicial por expressa vedação legal;
- (E) os atos I e II estão válidos, pois o Procurador-Geral pode delegar qualquer tipo de competência, mediante ato expresso e formal volitivo de renúncia.

64

O Ministério Público, para expandir suas instalações físicas, após regular processo licitatório, contratou sociedade empresária para prestar serviços de reforma no edifício anexo ao prédio principal da Procuradoria-Geral de Justiça. Durante a execução do contrato administrativo, verificou-se a necessidade de ampliação da obra, a fim de que abarcasse mais dois andares.

No caso em tela, a alteração atinente ao valor da contratação, que tem natureza de modificação quantitativa, é viável:

- (A) apenas se houver concordância do contratado, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, para os seus acréscimos;
- (B) apenas se houver concordância do contratado, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, para os seus acréscimos;
- (C) unilateralmente pelo contratante, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, para os seus acréscimos;
- (D) unilateralmente pelo contratante, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, para os seus acréscimos;
- (E) apenas se o contratante se submeter a novo processo licitatório e dele sagrar-se vencedor, não havendo limite para o valor do novo contrato.

65

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro necessita realizar contratação de prestação de serviço e fornecimento de mão de obra a fim de tornar digital todo o seu acervo de artigos doutrinários subscritos por membros da instituição. Mediante decisão administrativa de cunho social, com o escopo de fomentar o exercício da cidadania inclusiva, o Procurador-Geral optou por contratar associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação dos citados serviços, mediante dispensa de licitação.

No caso em tela, sob o prisma da Lei nº 8.666/93, a conduta do chefe do MPRJ é considerada:

- (A) legal, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e que a contratação tenha sido precedida de regular processo administrativo;
- (B) legal, desde que pratique novo ato administrativo para convalidação do anterior, fundamentando-o na inexigibilidade, e não na dispensa de licitação;
- (C) legal, pois o Administrador Público possui a discricionariedade de promover contratações de cunho social com dispensa de licitação de qualquer associação;
- (D) ilegal, eis que o contratante deveria necessariamente realizar processo licitatório, na modalidade compatível com o valor estimado da contratação;
- (E) ilegal, eis que o contratante deveria necessariamente realizar processo licitatório, na modalidade tomada de preços, em razão da natureza e do objeto da contratação.

66

João, agente público municipal, com vontade livre e consciente, inexigiu licitação fora das hipóteses previstas em lei, agindo em comunhão de ações e desígnios com Alberto, sócio-administrador da sociedade empresária contratada ilegalmente, que comprovadamente concorreu para a consumação do ato e dele se beneficiou.

Sob o prisma criminal, ao analisar o caderno investigatório que apurou os fatos, o Promotor de Justiça de Investigações Penais deve concluir que:

- (A) João e Alberto praticaram crime de menor potencial previsto na Lei de Licitações, cuja pena não ultrapassa 2 (dois) anos;
- (B) João e Alberto praticaram crime previsto na Lei de Licitações, cuja pena é de detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa;
- (C) João e Alberto praticaram crime contra a Administração Pública, cuja pena é de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos;
- (D) João e Alberto não praticaram crime, mas devem ser responsabilizados na esfera da improbidade administrativa;
- (E) João praticou falta funcional prevista na lei de regência, e Alberto responde pelo ressarcimento ao erário, mas não houve crime.

67

Determinado Município, após licitação na modalidade concorrência, firmou com sociedade empresária contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de passageiros intramunicipal. No curso do contrato, durante o prazo da concessão, o poder concedente, por motivo de interesse público, deseja retomar o serviço público.

No caso em tela, está-se diante da extinção do contrato pela:

- (A) encampação, que configura cláusula exorbitante, desde que mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização;
- (B) caducidade, que decorre da supremacia do interesse público, mediante prévia decisão judicial, com ulterior pagamento de indenização;
- (C) rescisão, que decorre do poder de autotutela da Administração Pública, mediante prévia decisão judicial, com ulterior pagamento de indenização;
- (D) anulação, que decorre da supremacia do interesse público, mediante decisão judicial, com prévio pagamento de indenização;
- (E) caducidade, que decorre da supremacia do interesse público, independentemente de prévia decisão judicial, com ulterior pagamento de indenização.

68

Em determinado Município do interior do Estado, pessoa jurídica de direito privado é prestadora do serviço público de abastecimento de água potável. Funcionários dessa sociedade empresária concessionária, no exercício da função, ao realizarem reparo em estação de tratamento de água, atingiram com um duto a criança Guilherme, que andava de bicicleta pela calçada e veio a quebrar a pena. Os pais de Guilherme buscaram a Defensoria Pública, que providenciou o ajuizamento de ação indenizatória.

Finda a instrução processual, a Promotoria de Justiça Cível deve direcionar seu parecer no sentido da responsabilidade civil:

- (A) objetiva da concessionária, que decorre da teoria do risco administrativo, bastando a comprovação da conduta, dano e nexos de causalidade, e sendo prescindível a demonstração do dolo ou culpa dos agentes;
- (B) objetiva da concessionária, que decorre da teoria do risco integral, bastando a comprovação da conduta, dano e nexos de causalidade, e sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa dos agentes;
- (C) subjetiva da concessionária, que decorre das normas de direito privado, bastando a comprovação da conduta, dano e nexos de causalidade, e do elemento subjetivo dolo ou culpa dos agentes;
- (D) subjetiva da concessionária, que decorre da teoria do risco administrativo, bastando a comprovação da conduta, dano e nexos de causalidade, e sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa dos agentes;
- (E) subjetiva do Município, que decorre da teoria do risco integral, bastando a comprovação da conduta, dano e nexos de causalidade, e sendo prescindível a demonstração do dolo ou culpa dos agentes.

69

João, servidor público ocupante de cargo efetivo de Analista de Sistemas, no exercício da função e na qualidade de funcionário autorizado, inseriu dados falsos e alterou indevidamente dados corretos em sistema informatizado da Administração Pública estadual. João promoveu as citadas alterações em banco de dados que compila informações estatísticas sobre segurança pública, com objetivo de maquiagem índices de criminalidade na região do Batalhão de Polícia Militar onde seu irmão é Comandante e com o fim de obter vantagem indevida para si, consistente no pagamento de oitenta mil reais.

Ao receber o inquérito policial que apurou os fatos descritos contendo farta justa causa, o Promotor de Justiça deve oferecer denúncia em face de João, pela prática do crime, previsto no Código Penal:

- (A) de inserção de dados falsos em sistema de informações, desde que se comprove que o agente efetivamente recebeu vantagem indevida;
- (B) de inserção de dados falsos em sistema de informações, independentemente da comprovação de ter o agente efetivamente recebido o valor da vantagem indevida;
- (C) contra a administração pública de corrupção passiva, independentemente da comprovação de ter o agente efetivamente recebido o valor da vantagem indevida;
- (D) contra a administração pública de corrupção passiva, desde que se comprove que o agente efetivamente recebeu o valor da vantagem indevida;
- (E) contra a administração pública de peculato, desde que se comprove que o agente efetivamente recebeu o valor da vantagem indevida.

70

De acordo com o texto constitucional, em matéria de controle da Administração Pública, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro é exercida:

- (A) pelo Poder Judiciário, com o auxílio do Tribunal de Contas Estadual, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do Executivo;
- (B) pelo Tribunal de Contas Estadual, órgão auxiliar do Poder Executivo, mediante controle externo e pelo seu sistema próprio de controle interno;
- (C) pelo Poder Legislativo, com o auxílio da Controladoria-Geral do Estado, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do Executivo;
- (D) pelo Conselho Nacional do Ministério Público, mediante controle externo, não incidindo outros controles externos em nível estadual diante de sua autonomia administrativa;
- (E) pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas Estadual, mediante controle externo e pelo seu sistema próprio de controle interno.

71

Em relação ao regime jurídico de uma sociedade de economia mista estadual exclusivamente exploradora de atividade econômica, é correto afirmar que:

- (A) ostenta personalidade jurídica de direito público, seus servidores são estatutários e se submetem a concurso público, e são controladas pelo Tribunal de Contas;
- (B) ostenta personalidade jurídica de direito privado, goza das prerrogativas processuais aplicadas à fazenda pública e seu pessoal não se submete a concurso público;
- (C) somente por lei específica é autorizada a sua instituição e se submete às normas do direito privado em matéria de responsabilidade civil;
- (D) somente por lei específica é criada, se submete à responsabilidade civil objetiva e não incide o controle finalístico pelo ente a que está vinculada;
- (E) somente por lei complementar é criada, se submete à responsabilidade civil subjetiva e incide o controle finalístico pelo ente a que está vinculada.

72

João, servidor público estadual estável ocupante de cargo efetivo, foi demitido após processo administrativo disciplinar. Quatro anos depois, sua demissão foi invalidada por sentença judicial transitada em julgado.

De acordo com a Constituição da República de 1988, João será reintegrado e José, servidor estadual estável que estava ocupando a vaga de João no momento de sua reintegração, será:

- (A) colocado em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- (B) exonerado, em razão de extinção superveniente do cargo público então provido pelo servidor, com direito a indenização;
- (C) reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
- (D) readaptado em outro cargo similar, com redução ou cometimento de encargos diversos daqueles que o funcionário estava exercendo;
- (E) aproveitado em cargo de natureza e vencimento hierarquicamente superiores ao anteriormente ocupado, com direito a indenização.

73

João, renomado jornalista, recebeu de determinada fonte vídeo contendo imagens e áudio em que José, Prefeito Municipal, aparece recebendo propina para favorecer determinada sociedade empresária em certa licitação. Inconformado, José ingressa com medida judicial pleiteando a proibição de veiculação do vídeo pelo jornalista e a obrigação de fazer para ele indicar o nome da pessoa que lhe entregou o vídeo.

De acordo com o texto constitucional, o pleito de José:

- (A) merece prosperar parcialmente, pois apesar de ser assegurado a todos o acesso à informação, o sigilo da fonte deve ser quebrado judicialmente quando o fato informado causar repercussão negativa na esfera jurídica de terceiro;
- (B) merece prosperar parcialmente, pois apesar de ser assegurado a todos o acesso à informação, o sigilo da fonte deve ser quebrado judicialmente quando o fato informado envolver agente público no exercício da função;
- (C) não merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, sendo tal sigilo o instrumento de concretização da própria liberdade de informação;
- (D) não merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação e garantido o sigilo da fonte, sendo certo que a prova obtida ilicitamente pode servir de fundamento exclusivo para condenação criminal quando se tratar de defesa do patrimônio público;
- (E) merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação mediante a obtenção de provas por meios legais previstos no ordenamento jurídico, sendo vedado o sigilo da fonte e o anonimato por violação frontal ao devido processo legal.

74

Determinado Estado da Federação editou lei ordinária estadual dispondo sobre desapropriação, inclusive estabelecendo normas gerais e abstratas sobre nova modalidade de desapropriação e seu respectivo procedimento.

Instado a se manifestar sobre a matéria, o Procurador-Geral de Justiça deve apontar a:

- (A) constitucionalidade da lei, pois compete concorrentemente à União, Estados e Distrito Federal legislar sobre desapropriação;
- (B) constitucionalidade da lei, pois compete concorrentemente a Estados, Distrito Federal e Municípios legislar sobre desapropriação;
- (C) inconstitucionalidade da lei, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre desapropriação, diante de evidente interesse local;
- (D) inconstitucionalidade da lei, pois compete privativamente à União legislar sobre desapropriação;
- (E) constitucionalidade da lei, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre desapropriação.

75

Assembleia Legislativa de determinado Estado da Federação instaurou, por prazo certo, uma comissão parlamentar de inquéritos, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apurar fato determinado, consistente em eventual esquema de mensalão envolvendo os Secretários de Estado de Fazenda e de Administração.

Instado a promover o controle de legalidade do ato do parlamento, em relação à instauração e aos trabalhos a serem desenvolvidos pela CPI, o Ministério Público Estadual deverá consignar a:

- (A) legalidade formal da instauração da comissão, que, durante seus trabalhos, terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, como a quebra dos sigilos fiscal e bancário, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa Legislativa;
- (B) ilegalidade formal da instauração da comissão, eis que o requerimento de sua instauração deveria ter sido subscrito pela maioria absoluta dos deputados, por expressa exigência constitucional;
- (C) ilegalidade formal da instauração da comissão, eis que os investigados deveriam pertencer ao próprio Poder Legislativo, sendo certo que os agentes políticos do Poder Executivo devem ser investigados exclusivamente pelo Ministério Público;
- (D) legalidade formal da instauração da comissão, que, durante seus trabalhos, terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, como proceder à oitiva de testemunhas e determinar a busca e apreensão domiciliar e a interceptação telefônica;
- (E) legalidade formal da instauração da comissão, cujas conclusões deverão ser encaminhadas à Procuradoria-Geral do Estado, para que promova a responsabilização civil e criminal dos infratores.

76

Tribunal de Contas de um Estado da Federação, ao analisar a legalidade de determinado convênio em nível estadual, concluiu que o Governador do Estado foi responsável por fraude milionária. Assim sendo, o TCE encaminhou cópias de seu processo administrativo, em forma de peças de informação, ao Ministério Público.

Em relação a eventual crime comum praticado pelo Governador do Estado em exercício, no caso em tela, a atribuição para oferecer denúncia é do:

- (A) Procurador-Geral de Justiça, que deverá fazê-lo perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça local;
- (B) Procurador de Justiça com atribuição criminal, que deverá fazê-lo perante a Seção Criminal do Tribunal de Justiça local;
- (C) Procurador-Geral da República, que deverá fazê-lo perante o Superior Tribunal de Justiça;
- (D) Procurador-Geral de Justiça, que deverá fazê-lo perante o Supremo Tribunal Federal;
- (E) Promotor Criminal, que deverá fazê-lo perante o Juízo Criminal de primeiro grau de jurisdição.

77

Em relação ao Poder Judiciário Estadual, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro estabelece que um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de:

- (A) juizes de direito de entrância especial, escolhidos pelo Governador do Estado dentre os integrantes de lista tríplice elaborada pelo Órgão Especial do próprio Tribunal de Justiça, mediante critérios objetivos previamente definidos em resolução do Conselho Nacional de Justiça;
- (B) juizes de direito de entrância especial, escolhidos alternadamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, sendo este último por nomeação do Governador do Estado dentre os integrantes de lista tríplice elaborada pelo Órgão Especial do próprio Tribunal de Justiça;
- (C) membros do Ministério Público e de advogados, todos com notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional, tal como ocorre em todos os demais Tribunais do país, inclusive no Supremo Tribunal Federal;
- (D) membros do Ministério Público e de advogados, todos com notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados ao Tribunal em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes;
- (E) membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

78

De acordo com a Constituição da República de 1988, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

- (A) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, vedada a expedição de atos regulamentares, em respeito ao Poder Legislativo, e de recomendações, em razão da autonomia do Ministério Público da União e dos Estados;
- (B) apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;
- (C) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, vedada a avocação de processos disciplinares em curso;
- (D) elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no país, bem como elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público da União e dos Estados, dentro dos limites estabelecidos na respectiva lei de diretrizes orçamentárias;
- (E) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de cinco anos e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de contribuição e aplicar outras sanções administrativas.

79

Para que possam atuar com verdadeira independência funcional, a Constituição da República de 1988 dispôs que leis complementares da União e dos Estados estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros, garantias como:

- (A) estabilidade, após 3 (três) anos de efetivo exercício, só perdendo o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- (B) estabilidade, após 3 (três) anos de efetivo exercício, só perdendo o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa;
- (C) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão fundamentada do Procurador-Geral, assegurada a ampla defesa;
- (D) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão fundamentada do Corregedor-Geral, assegurada a ampla defesa;
- (E) vitaliciedade, após 2 (dois) anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

80

De acordo com a Constituição da República de 1988, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático, sendo exemplo de sua função institucional promover:

- (A) a ação penal privada e a ação de inconstitucionalidade, na forma da lei;
- (B) a representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na referida Constituição;
- (C) a representação da União e dos Estados, para fins de consultoria e assessoramento jurídico do Executivo;
- (D) a orientação jurídica, de forma integral e gratuita, aos necessitados que comprovarem insuficiência de recursos financeiros;
- (E) o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção de quaisquer direitos e interesses individuais de índole constitucional.

Realização

